

A dialética analítica de Jon Elster

Luis Fernando
Professor da U. Estácio de Sá/RJ

INTRODUÇÃO

Dialética é evidentemente um termo chave para o marxismo. Sobre ela se debruçaram um incontável número de autores, e escreveram-se um volume interminável de páginas. Uma das idéias centrais desses escritos é a de que o método dialético é uma espécie de divisor de águas entre as teorizações marxistas e burguesas. Haveria assim uma “razão dialética” radicalmente diferente da “razão analítica”. A primeira seria holista, histórica, dinâmica, antipositivista, e antiempirista. Enquanto a segunda seria individualista, a-histórica, estática, positivista e empirista.

Soa assim como estranha, quase um “*contradictio in adjecto*” um tanto deslocado a idéia de uma “dialética analítica”. Mas esta é exatamente a melhor caracterização da forma como Jon Elster trata o tema. Em dois textos presentes nos livros “*Making Sense of Marx*” e “*Logic and Society*” o autor busca construir e submeter ao exame crítico a noção de dialética com base nos preceitos da filosofia analítica.

Iniciaremos nossa discussão da empreitada de Elster, pelo exame crítico feita pelo autor das definições mais comuns da dialética (parte II). Em seguida, na parte III e IV, revelaremos o que seria para o autor a mais frutífera idéia contida nesta - a de que certos aspectos da realidade devem ser descritos a partir da noção de contradição lógica. Finalmente o presente texto busca fazer um balanço da investida de Elster, procurando mostrar seus progressos e também limitações. Tal balanço será basicamente o objetivo da parte V do trabalho.

A CRÍTICA ÀS RAZÕES DIALÉTICAS

O leitor desavisado, poderia pensar que a interpretação de Elster sobre a dialética versaria sobre todos, ou ao menos boa parte das características que normalmente se atribui a esta em contaposição aos outros métodos científicos, ou mesmo que teria a pretensão de descobrir a “chave” do pensamento de Marx, a “pedra

fundamental” de todas suas teorizações. Elster no entanto não pretende dar passos tão grandes. Em sua contribuição não busca a formular sistemas filosóficos globais, mas sim a extrair idéias ricas e produtivas de Hegel e Marx.

O autor recolhe então três sentidos que acredita serem mais comumente aplicados à noção.

- 1) A “dedução dialética” dos conceitos presente na “Lógica” de Hegel.
- 2) As “leis da dialética” codificadas por Engels em “O Anti-Dühring” -
- 3) A “teoria das contradições”

Uma questão central na empreitada de Elster é a sua recusa em discutir tais sentidos a partir dos escritos nos quais, desde Hegel, procurou-se dar uma sistematização à mesma, abordando-a diretamente.

I believe that the tratises on dialetics written by Hegel, Engels, or Mao Tse-Tung hardly offer a single interesting idea. What is comprehensible, is trivial; what seems profound, is opaque, not only on a first reading but on the tenth or the hundredth reading. Instead of trying to make sense of what these and other writers have saying *about* dialetics, I shall attempt to make explicit the logical structure (which one could call dialectical) of the nom-methodological writings of Hegel and Marx. (Elster, 1978, p65)

A estratégia de Elster é portanto indireta, busca abordar o tema a partir de textos referidos por Hegel, Marx e Engels como exemplos de análises dialéticas. Sua recusa a um confronto mais direto de suas idéias com os sistemas filosóficos dos autores-referência para a discussão do tema pode soar como uma fuga ao debate. O autor, porém, defende esta estratégia como a única maneira de escapar das armadilhas conceituais criadas pelos adeptos da dialética, e que impediriam a análise e a crítica por parte dos não seguidores desta.

I do not abide, that is, by any distinction between the understanding (*verstand*) that is limited to the

sterile reasoning of formal logic and the reason (*vernunft*) that proceeds by the creative dialectical method. Nor am I prepared to accept that my refusal of this distinction merely shows how valid it is. I do not believe that the relation between the dialectical and the analytical thinker is comparable to the relation between the sane and the insane, where the first member of each couple can understand the second, but not vice versa. Nor can I accept that the superiority of the dialectical thinker shows itself in that he is capable of solving problems that do not even exist as problems for the analytical bent of mind. Finally I believe that if one is right, then it should be possible to convince other by *argument* rather than demanding spiritual *conversion*.

Obviamente Elster sabe que sempre haverá aqueles que não se contentarão com sua abordagem por fazerem parte de uma "small but passionate minority who care deeply about Hegel and dialectics" (1978, p.70) alguns membros da qual apresentariam uma resistência invencível a sua "heresia". A esta, o autor não teria nada a oferecer. Apenas devemos chamar a atenção para o fato de que uma crítica do tipo: "Elster não debate a dialética em seus termos porque não a conhece ou se recusa a conhecê-la" embora seja sempre possível, deve ter em conta que o autor não é propriamente um novato no estudo de Marx ou Hegel. Nas mais de 500 páginas de "Making Sense of Marx" e em centenas de outras o seu profundo conhecimento de Marx já foi claramente demonstrado, Hegel também não lhe é nem um pouco estranho, já que foi em torno deste que Elster escreveu sua tese de mestrado.

Vejamos agora o que Elster nos diz sobre os sentidos definidos acima.

A dedução dialética dos conceitos

A dedução dialética dos conceitos ou "auto-determinação dos conceitos" de acordo com Elster é algo que resiste até hoje a uma análise. Não se trata de uma dedução de teoremas a partir de axiomas, efeitos a partir de causas ou de condições de possibilidade de um fato a partir deste. Antes, tal "dedução dialética" parece mais um padrão imposto "ex post" por Hegel a fenômenos que este achava importantes.

Elster observa que tendo Marx relido a obra de Hegel durante a elaboração dos "Grundrisse", a influência desta forma de "dedução" aparece aí de

mais clara, podendo no entanto ser encontrada em várias partes do "Capital".

The product becomes a commodity; the commodity becomes exchange value; the exchange value of the commodity is its immanent money-property, separates itself from it in the form of money, and achieves a general social existence separated from all particular commodities and their natural mode of existence; the relation of the product to itself as exchange value becomes its relation to money, existing alongside it; or, becomes the relation of all products to money, external to them all. Just as the real exchange of products creates their exchange value, so does their exchange value creates money. (citado em Elster, 1985, p38)

A seqüência aqui seria a seguinte: produto => mercadoria => valor de troca => dinheiro. Elster faz o seguinte comentário sobre a passagem: "Clearly, this is no explanation of what drives the process, only a fancy redescription of the successive stages." (idem, ibidem). Nota ainda que o próprio Marx parece ter se apercebido disto na seguinte passagem:

It will be necessary later, before this question is dropped, to correct the idealist manner of presentation, which makes it seem as if were merely a matter of conceptual determination and of the dialectics of these concepts. Above all in the phase: product (or activity) becomes commodity; commodity, exchange value; exchange value, money. (idem, ibidem)

Entretanto no "Capital" temos a mesma seqüência, iniciando-se desta vez pela "mercadoria" ao invés do "produto".

O exemplo mais notável desta forma de teorização, no entanto, se encontra na "passagem do dinheiro para o capital". No "Capital", por exemplo, Marx se utiliza do fato de definir sua fórmula para o processo de valorização do valor (D-M-D') como iniciando-se e terminando por algo qualitativamente idêntico (o dinheiro) e que varia apenas pela quantidade para afirmar ser este na verdade um "processo sem fim", dado que o mesmo D' que terminara uma seqüência D-M-D' pode estar no início de uma nova D'-M-D" e assim por diante.

Dos "Grundrisse" Elster retira uma passagem também representativa dessa dedução

We have already seen, in the case of money, how

value become independent as such - or the general wealth - is capable of no other motion than a quantitative one; to increase itself. It is according to its concept the quintessence of all use values; but, since it is always only a definitive amount of money (here capital), its quantitative limit is in contradiction with its quality. It is therefore inherent in its nature constantly to drive beyond its own barrier ... Already for that reason, value which insists on itself as value preserves itself through increase; and it preserves itself precisely only by constantly driving beyond its quantitative barrier, which contradicts its character as form, its inner generality. (idem, p39).

Elster termina suas observações sobre a dedução dialética apontando para as ligações desta com a visão do capital como um agente com "eyes that see and hands that move": "It is, in fact, difficult to decide whether the self determination of capital is conceptual or behavioral - or whether we are meant to conclude that this verry distinction is superseded" (idem, ibidem).

As leis da dialética

Como visto no item anterior (II.1), para Elster, não há nada de verdadeiramente valioso na "dedução dialética" de Hegel e Marx. Diferentemente, em relação às "leis" formuladas por Engels em "O Anti-Dühring", Elster acredita haver um certo interesse, embora muito limitado.

As ditas "leis" são: 1) A lei da transformação de quantidade em qualidade, e, 2) A lei da negação da negação. Cada qual será analisada adiante, antes porém faremos duas observações:

Em primeiro lugar, Elster afirma que tais "leis" não são exatamente leis, e sim heurísticas cujo valor está no fato de serem importantes no entendimento de padrões de mudança bastante frequentes. Em segundo lugar, devemos ressaltar que o autor constrói uma definição precisa das ditas "leis" a partir de alguns dos exemplos de Engels. A definição no entanto não se encaixa em todos os exemplos, pois estes seriam muito heterogêneos (idem, p.40).

Em relação à "lei" da negação da negação, Elster observa que seu exemplo paradigmático está na concepção que Marx e Hegel (e já antes deles, Leibniz) tem do desenvolvimento histórico em três estágios; o primeiro sendo caracterizado por uma unidade sem diferenciações, seguido por um período de divisão e diferenciação (primeira negação) e finalmente alcançando uma "unidade

diferenciada" (segunda negação).

Elster sugere que o traço característico do processo é a presença de três estágios (p, q e r), sendo que: (i) eles são ou incompatíveis entre si; (ii) o salto de p (primeiro estágio) diretamente para r (terceiro estágio) é impossível; (iii) o salto de volta para p é também impossível. O exemplo dado atende à condição (ii) uma vez que tem-se como impossível a passagem do estágio de "unidade sem diferenciação" (em Marx, o comunismo primitivo) para o estágio de "unidade diferenciada" (em Marx o comunismo). Já a condição (iii) é atendida pelo fato de que uma vez no estágio (desconfortável) de "divisão e diferenciação" (que em Marx corresponde ao capitalismo) não se pode voltar à etapa anterior. Segundo Elster, este padrão está também presente no processo de formação de crenças que inicia-se numa etapa de "crença dogmática", passa pela "dúvida" e chega a um período de "crença reflexiva". Este tipo de processo é importante por nos chamar a atenção para o fato de que muitas transformações têm um caráter unidirecional, são "sem volta", ou seja eminentemente históricas.

É preciso que se ressalte que para Elster a idéia de negação da negação é bem menos importante do que o fora para Engels. Em primeiro lugar não é uma lei das transformações em geral, pois se aplica apenas a alguns processos específicos. Além disto, a descrição de um processo a partir desses conceitos, embora seja mais rica, não é necessária. Outras descrições podem se ajustar aos mesmos acontecimentos. Acima de tudo, dizer-se que algo pode ser descrito de forma interessante através do conceito de negação da negação não é afirmar a existência de uma forma "dialética" de negação, que diferentemente da usual, não cancela seus termos quando iterada.

Quanto à lei da transformação da quantidade em qualidade, Elster observa que esta, se analisada a partir dos exemplos de Engels, parece cobrir dois casos, um sendo uma instância particular do outro. O exemplo da "transformação da água em gelo" sugere a presença de uma ligação funcional descontínua entre as variáveis. Já o exemplo da vantagem militar do exército de Napoleão sobre os mamelucos (segundo o qual um mameluco seria capaz de derrotar um francês, mas mil e quinhentos franceses derrotavam mil mamelucos) sugere a noção mais geral de relação funcional não-linear, também aplicável por exemplo, à

idéia de economia de escala.

Obviamente não se pode afirmar que se esteja ganhando alguma coisa ao se caracterizar processos de transformação descontínuos ou não-lineares como dialéticos. Além disso, novamente, não temos aqui uma "lei geral", o que só ocorreria se mudanças contínuas ou lineares não existissem. Assim, o único interesse da idéia de transformação de quantidade em qualidade é, como ressalta Elster, a de lembrarmos da existência de processos com estas características, o que é importante, pois há sempre a tentação de tratar a realidade como linear, ou ao menos contínua, por ser isto mais fácil do ponto de vista da construção de modelos.

Teoria das contradições

Marx considerava a idéia de contradição como a "fonte de toda a dialética", aqui veremos que o conjunto de elaborações de Elster sobre o tema são não apenas inovadoras, mas também fundamentais para uma compreensão da obra deste autor. Na verdade, esta é a única das definições de dialética que Elster acredita produzir idéias de real interesse.

Antes de analisá-la porém o autor promove um novo ataque às elaborações tradicionais sobre o tema. Na verdade, seu próprio ponto de partida é a crítica elaborada por Popper (1940) que destacara as duas teses de Hegel:

- (i) A de que existem contradições na realidade.
- (ii) A de que uma descrição adequada da realidade deve conter proposições auto-contraditórias.

Afirmando a seguir ser a tese (i) ou trivial ou falsa, enquanto a segunda seria falsa de qualquer maneira.

A tese (i) seria trivial se por contradição entendemos, como é comum na tradição marxista, qualquer forma de conflito, divergência, oposição ou luta. Neste caso, praticamente tudo passa a conter algum tipo de contradição e o conceito se torna tão geral que perde quaisquer qualidades analíticas.

Por outro lado, num sentido mais literal, a idéia de contradição real, i.e., a afirmativa de que pode ao mesmo tempo e num mesmo lugar algo ocorrer e não ocorrer, (p.ex. chover e não chover) é totalmente falaciosa. "Just as reality has no blank spaces, it has no doubly filled spaces either, from the fact that a theory ascribes contradictory features to the real world, we may draw some conclusions

about that theory but not about the reality" (Elster, 1978, p68).

Não sendo válida a tese (i) (tomada em seu sentido literal), a (ii) cai também. No entanto Elster observa que Popper ainda dá um segundo argumento para a refutação de (ii), referindo-se à "logical truth that from a set of propositions from which two contradictory statements can be derived, any propositions whatsoever also follows" (idem, p69).

A única utilidade da noção de contradição para Popper seria a de denunciar as inconsistências de uma teoria e apontar para a necessidade de uma mudança que busque corrigi-las. Esta relação entre contradição e mudança (na qual a primeira impulsiona a segunda) é, como veremos, fértil para Elster, sendo, acima de tudo, diferente da visão de Hegel de que a mudança é em si contraditória e deve ser explicada por meio de proposições auto-contraditórias.

Ainda que concordando com as críticas de Popper, Elster as acha triviais, e afirma que, mesmo que Hegel tenha se fato sustentado a tese absurda de que existem contradições na realidade, há muito mais neste autor do que vira Popper. Lança então uma terceira tese, com a qual pretende reformular a idéia de contradição real.

- (iii) Existem situações na realidade que apenas podem ser descritas por meio do conceito de contradição lógica.

Elster observa que sua tese seria facilmente aceita por quem aceitou as teses (i) e (ii), mas o inverso não é verdadeiro. Além disso, ainda que ofereça exemplos nos escritos de Hegel e Marx que podem ser vistos como instâncias de aplicação de sua tese, Elster não afirma ter encontrado "o" correto sentido do termo "contradição real", muito menos acredita ter sua análise esgotado o tema. Espera, no entanto, "that the analysis will make up in precision what it lacks in scope and exegetical fidelity, so that the critic will be enabled - and obliged - to tell me *exactly* what is wrong with my account of the contradictions.

Nossa exposição seguirá a mesma ordem da de Elster. Iniciando-se com o estudo das contradições da mente (em III) e passando em seguida para as contradições sociais (IV). Tal é também a ordem seguida por Hegel na "Fenomenologia", como observa Elster:

The first three chapters of that work are all concerned with theoretical or epistemic contradictions, at the level of the individual conscientiousness; to be precise, Hegel follows the successive contradictions that arise in the philosophical attempts to make sense of the external world. Chapter IV of the *Phenomenology* goes on to explore the mental contradictions that arise at the practical level of desires and conduct; here the master-slave dialectics is a crucial moment. In Chapter V (or rather in the second and third subsections of this chapter) Hegel makes the transition to social contradictions.

Deve-se ressaltar porém que, enquanto para Hegel os temas tratados se encontravam interligados num sistema filosófico, Elster recusa que sua análise possua esta mesma pretensão, mesmo que em alguns momentos deixe margem a que um trabalho de unificação possa ser levado a cabo. Por outro lado o autor acredita que toda a forma de contradição induz a uma mudança visando corrigi-la (embora não necessariamente a alcance), sendo por isso possível que imaginemos uma superação por etapa das contradições, que se inicie pelas contradições da mente e atinja as sociais.

AS CONTRADIÇÕES DA MENTE

A noção de contradição contida na tese (iii) cobre tanto as contradições da mente (que Elster subdivide em desejos e crenças contraditórias) quanto as contradições sociais. Em relação às primeiras, Elster diferencia, em primeiro lugar, as contradições que ocorrem por motivos puramente lógicos das que ocorrem por um choque entre os desejos e crenças e a realidade.

As contradições lógicas seriam do tipo:

(a) "A" crê/deseja (p, q, r, s ...). De (p, q, r, s ...) uma contradição pode ser deduzida. Sendo que é a estas que Elster dedica sua análise.

(b) "A" crê/deseja (p, q, r, s ...) quando "w" ocorre. De (p, q, r, s ...) uma contradição pode ser deduzida. Este tipo de contradição, que ocorre quando alguém possui crenças falsas ou desejos que se chocam com a realidade (ou contradições práticas), ainda que seja coberto pela tese (iii), é um fenômeno muito trivial, não sendo analisado por Elster.

Além disso, o autor distingue entre diversos graus de contradição, a saber:

(c) "A" deseja/crê em "p" e "não-p"

Este seria o grau mais alto de contradição, patológico segundo Elster, "only schizophrenics and hegelians can have the contradictory as an explicit object of belief or desire" (idem, p71).

(d) "A" crê/deseja "p"; "A" crê/deseja "não-p"

Este caso seria, segundo Elster, mais comum, ocorrendo, por exemplo quando alguém acredita em "p" como parte de um campo de experiências e em "não-p" como parte de outro diferenciado, neste caso a contradição se mantém exatamente porque os dois campos não interagem.

(e) "A" crê/deseja "p"; "A" crê/deseja (p não-p); "A" crê/deseja "q".

Este último caso seria bastante comum, ocorre, por exemplo, quando se acredita em duas assertivas que só depois se mostram contraditórias. Mesmo matemáticos ou lógicos podem sustentar teses e só mais tarde descobrir que são incompatíveis.

Após esclarecer o que entende por contradição real, Elster procura reinterpretar a "dialética do senhor-escravo" presente na "Fenomenologia" de Hegel de modo que esta possa ser vista como uma instância de sua tese (iii). Antes esclarece que para Hegel não havia uma contradição entre o senhor e o escravo, mas dentro da consciência de ambos.

De fato, o que era central para Hegel era o processo de auto-conscientização, a "odisséia" de uma razão que evolui através da superação das contradições inerentes a ela mesma e não resultantes de conflitos com a realidade externa. Como ressalta Elster:

[Hegel] is not applying external standards of truth nor adducing facts that are not given to the consciousness itself; rather he is trying to show how the subject itself discovers the inconsistency of its current "form" (gestalt) when comparing its own mental structure with its own criteria of adequacy.

Deve-se notar que Elster abandonou o estudo da contradição que existiria na consciência do escravo, concentrando-se na do senhor.

O problema deste está na natureza contraditória de seus desejos. Como "Senhor" que vê a si como ser superior e livre, ele deve antes de tudo desejar afirmar seu total poder sobre o escravo. E de fato ele vence esta luta, submetendo o escravo às suas vontades, como afirma Elster:

Through the slave he has power over the material

objects of consumption, which he can enjoy without having to work for them. Through material objects the master enjoys power over the slave, for by the arbitrary and conspicuous consumption of these objects he demonstrates his power over the being that has produced them. (idem, p72).

No entanto, que satisfação poderia o senhor obter de um ser que ele trata como um objeto? Que reconhecimento de sua superioridade poderia ele obter de um ser totalmente subjugado? A contradição, então, se localiza exatamente na impossibilidade de o senhor, ao mesmo tempo, possuir total poder sobre o escravo e necessitar do reconhecimento deste para firmar sua superioridade. Só seres verdadeiramente autônomos podem "reconhecer" (i.e., atribuir valor moral a alguém). O reconhecimento de um subjugado soa como farsa. A questão é análoga à de uma metrópole procurando reconhecimento diplomático de suas colônias. Se o escravo verdadeiramente age como se o senhor fosse superior, este comportamento não convence, pois seria fruto do total domínio exercido pelo próprio senhor. De que vale ser reverenciado por um fantoche?

Procuraremos, adiante, apontar os aportes e limitações da visão de Elster sobre a dialética de Hegel, antes, no entanto seria útil notar uma dificuldade apontada pelo próprio autor em sua análise.

Como dito acima (p.9), o conceito de "contradição real" formulado por Elster na tese iii, abrange não apenas as contradições lógicas (a), mas também as contradições que ocorrem por razões práticas (b). Elster reconhece que a distinção entre ambas é em alguns casos bastante elusiva, particularmente na própria dialética do senhor-escravo.

Afirmamos antes que a contradição contida na dita dialética encontra-se exatamente na impossibilidade de o senhor desejar, ao mesmo tempo, "reconhecimento" e "total poder". Esta contradição, porém, não é imediatamente lógica, como o seria de o senhor desejasse diretamente "p" e "não-p" (liberdade e domínio sobre o escravo, por exemplo). Na verdade, a contradição emerge de forma mais indireta. O senhor deseja "total poder" e "reconhecimento", desítes dois desejos uma contradição pode ser de fato deduzida, mas apenas se acrescentamos a premissa de que apenas sujeitos "livres" podem exercer julgamentos morais.

Sendo no entanto esta premissa de natureza empírica, concluímos que a contradição de que nos fala Elster não é puramente lógica e sim prática.

O autor tem, no entanto, outra maneira de formular a questão. A contradição agora seria entro o valor moral nulo atribuído pelo senhor ao escravo e a competência moral que deve este ter para reconhecer o primeiro. Novamente, a contradição não é direta, atribuir ausência de valor moral a um indivíduo e dele exigir competência moral só é contraditório se acrescentamos a premissa, como fez Elster, de que a própria competência moral é um valor moral, sendo impossível que alguém sem o último possa apresentar a primeira. Esta nova premissa pode agora ser vista não mais como empírica mas como conceitual, faria parte do próprio conceito de valor moral que este abrangesse a competência moral em sua definição. Ainda assim o problema não está resolvido, pois esta mesma premissa pode também ser vista como empírica. Pode-se, nesta linha, argumentar que é um fato empírico interessante o de que apenas os julgamentos morais de homens moralmente competentes são tidos como válidos, assim como empiricamente aceita-se que isto não ocorra na estética, onde indivíduos sem valor estético podem exercer julgamentos estéticos válidos.

Enfim, Elster não nos dá uma solução definitiva para estas questões, busca antes enriquecer sua análise de modo a torná-la mais interessante para os que a ela são simpáticos.

Isto se dá, em parte, com o apoio do trabalho empírico de Eugen Genovese (1974) que num estudo sobre a escravidão norte-americana conclui que: "the masters desperately needed the gratitude of their slaves in order to define themselves as moral human beings. The slaves, by withholding this, drove a dagger into their master's self-image." (Idem, p146).

Além disto, o autor mostra a generalidade de sua análise através de diversos exemplos. De fato, a própria dialética do senhor-escravo já aponta para uma crítica mais geral a toda forma de dominação, "quiconque est maître ne peut être libre" dizia Rousseau (Elster, 1978, p73).

Outras aplicações interessantes da noção de contradição tal como definida por Elster estariam na obra de Sartre. Em "O Ser e o Nada" este autor afirma ser a existência humana definida pelo desejo

contraditório de ser ao mesmo tempo uma coisa (en soi) e uma consciência (pour soi). A contradição está no fato de que aquilo que nós conhecemos é já parte do que somos, a consciência de si não pode ser forjada com a mesma objetividade com que forjamos a consciência de um objeto externo (as discussões sobre a possibilidade de "objetividade teórica" em ciências sociais trabalham com idéias semelhantes). Sartre também afirma haver no amor o desejo contraditório de "possuir uma liberdade" uma vez que o amante pretende sempre assimilar o ser amado e ao mesmo tempo manter a sua (dele) integridade.

Outros exemplos seriam o "desejo de esquecer um fato" (contraditório, pois toda vez que se manifesta reafirma o fato mesmo), no "desejo de agir naturalmente", no "desejo de acreditar" (pois a crença só tem valor se independente da vontade, num caso semelhante ao do reconhecimento diplomático), apenas para citar alguns casos mais importantes.

CONTRADIÇÕES SOCIAIS

Contradições da mente são obtidas quando temos que desejos ou crenças de um indivíduo se mostram incompatíveis entre si por motivos lógicos. Já teremos contradições sociais quando algo que é possível para um indivíduo, quando generalizado, mostra-se contraditório, ou mais simplesmente: "quando aquilo que é possível para um indivíduo não o é para todos simultaneamente". Esta é precisamente uma das definições (Elster cita outras que não apresentaremos aqui) da falácia da composição. Portando as contradições sociais são basicamente uma forma de falácia da composição.

A definição acima, no entanto, não nos basta. Existem falácias da composição que se dão tanto por motivos causais e conceituais, quanto por motivos lógicos. Como o estudo de Elster se atém às contradições lógicas, devemos nos concentrar nas falácias da composição de último tipo. Antes porém devemos mostrar as diferenças entre elas.

É trivial a diferença entre uma falácia da composição lógica e causal. A causal seria do tipo: "do fato de que qualquer um livro de um grupo de livros pode ser lido em menos de meia hora, deduz-se que todos possam simultaneamente lê-lo" (idem, p101). Já uma contradição lógica seria do tipo: "do fato de que qualquer partícula de um gás pode mover-se a uma velocidade acima da média, deduz-

se que todas possam fazê-lo simultaneamente" (idem. ibidem).

Já as falácias oriundas de impossibilidades conceituais são mais complexas, sendo no entanto, mais interessantes. Como exemplo temos a "quebra de promessas", é possível que cada indivíduo quebre suas promessas, mas numa sociedade em que todos façam isto simultaneamente o próprio conceito de promessa não poderia ser definido. A mesma coisa ocorre com a noção de "pagamento de empréstimos", numa sociedade em que ninguém os pagasse, o próprio conceito de empréstimo não seria definível.

Falácias da composição devidas a impossibilidades lógicas são o caso mais importante para Elster. Nas ciências sociais, tal impossibilidade advém da existência de "propriedades relacionais". Por propriedades relacionais entende-se propriedades de um indivíduo que só poder ser definidas com referência a outros indivíduos. Assim, se dizemos que (i) "a" tem cabelos louros, estamos imputando a "a" uma propriedade não relacional, diferentemente se dizemos que (ii) "a" é poderoso, estaremos diante de uma propriedade relacional, pois poder só se define como poder sobre outros indivíduos. Claramente nenhuma falácia da agregação advém de (i) se um indivíduo pode ser louro, nada impede que todos possam sê-lo. Já em relação a (ii) isto não é válido: é inimaginável uma sociedade só de dominadores, sem dominados.

Citemos agora um exemplo clássico de aplicação da falácia da agregação nas ciências sociais:

As has been said by one of Keynes's radical pupils, an "essential paradox of capitalism" is that each capitalist wants low wages for his own workers (this makes for high profits) an high wages for the workers of all others capitalists (this makes for high demand). Now it is possible for any capitalist taken simultaneously to have his cake and eat it, but all capitalists cannot simultaneously be in this happy position. To conclude from the individual to the collective case would be to commit the fallacy of composition (idem, p97; a "radical keynesian pupil" referida é Robinson, 1956, p78)

Este seria um caso típico do que Elster define como contradição social. Note a presença evidente de uma falácia da composição. Ressalte-se também o que se passa a nível das crenças (ou expectativas) dos atores, no caso, dos capitalistas. Cada um

destes crê poder aumentar seu lucro por via do rebaixamento dos salários, mas a falácia da composição impede que isto seja válido para todos simultaneamente. Claramente os indivíduos neste caso possuem crenças simultaneamente incompatíveis. Esta é uma observação importante, pois segundo Elster aponta para a possibilidade de se construir uma ponte entre as "crenças contraditórias" a nível individual e os "sistemas de crenças" contraditórios a nível social. O autor no entanto não desenvolve este tema.

Mais interessante para Elster é o fato de os indivíduos, em situações como a do exemplo, formulam expectativas que se frustram na presença da falácia da agregação. A isto Elster denomina "contrafinalidade", termo utilizado inicialmente por Sartre e no qual nos aprofundaremos a seguir.

Mais precisamente, por contrafinalidade, Elster entende as conseqüências negativas que se estabelecem no lugar das inicialmente pretendidas, sendo este um caso particular das "conseqüências não pretendidas das ações intencionais". Noção esta que, desde Mandeville, ganhou um espaço sem par nas ciências sociais. Mas tal autor, assim como Smith e tantos outros, ressaltavam especificamente as conseqüências benéficas trazidas pela "mão invisível". Para Marx e Hegel, porém, de acordo com Elster, a mão invisível opera pela negativa.

Marx is sometimes said to have stood Hegel upon his head; more importantly at least for our purpose, they both stood Adam Smith on his head. For Hegel and Marx history works itself out through the negative rather than the positive unintended consequences of human actions: through counterfinality rather than the invisible hand. (idem, p108)

A contrafinalidade, uma frustração das expectativas na qual ocorre justamente o contrário do objetivo inicial dos atores, é a forma subjetiva de percepção de uma contradição social, a forma como a falácia da agregação se expõe. Seria desnecessário ressaltar a importância deste conceito na vida real, como também da definição de Elster de "contradição social".

No entanto devemos ressaltar que Elster, ainda que tenha uma formulação da idéia de contradição social tão importante, enfrenta problemas na hora provar que tal formulação coincide de alguma forma com a de Marx.

É verdade que no marxismo o termo contradição foi extremamente inflado, usado com um abundante número de sentidos. Aparentemente, porém, ao menos na visão de Elster, Marx não teria sido vítima de tal imprecisão. De fato, Elster afirma ter sido Marx bem mais cuidadoso que os demais marxistas na aplicação do termo. Tal fato teria sido em grande parte obscurecido pelas traduções de "Widerspruch" e "Gegensatz" para contradição, embora só o primeiro termo tivesse este significado. Além disso, Elster enuncia critérios segundo os quais podemos eleger as utilizações mais importantes da noção de contradição em Marx:

As to criteria of what is important, I suggest that on commonsensical grounds it will be accepted (a) that an occurrence is more important than another if it is found more frequently in the corpus, and (b) that an occurrence in the title of a chapter or subsection of a chapter is more important than an occurrence in the running text, both criteria being subject to a ceteris-paribus clause. Using these criteria three occurrences stand out: The "contradiction in the general formula of capital" discussed in Chapter 5 (of the English edition) of the first volume of Capital; the "contradiction of the law of the falling rate of profit" that is subject of Chapter 15 of the third volume; "the contradiction between the forces of production and the relations of production" referred in innumerable texts, especially in the German Ideology and in the writings from the period 1857/61. (idem, p97)

Em que sentido podemos falar na existência de contradições (como definidas por Elster) nestes exemplos?

A "contradição geral da fórmula do capital" refere-se ao fato de que numa economia como a capitalista, em que, na circulação, trocam-se "equivalentes por equivalentes" causa estranheza que uma classe se aproprie de um "mais-valor". Mesmo que houvesse trocas desiguais de modo que as mercadorias fossem vendidas "acima do valor", a mais-valia não seria criada, pois os capitalistas "perderiam na compra o que ganharam na venda". De fato, neste caso haveria, como nota Elster, uma falácia da composição, pois ainda que seja possível para um vender acima do valor, não é possível que todos o façam. Elster pretende que seja exatamente a esta falácia que Marx aplica o termo contradição, mas a interpretação é duvidosa. Aparentemente o

que pretendia Marx ao enunciar a dita falácia era apenas apontar os erros das teorias, como a de Destutt de Tracy, que afirmavam ser o lucro fruto da venda "por um preço acima do de compra". A contradição aí estaria nestas teorias e não na realidade. Para Marx, no entanto, a contradição da fórmula geral parece ser real, principalmente quando este afirma: "capital must have its origin both in circulation and out of circulation" (citado por Elster em *Making Sense of Marx*, p45). Aqui parecemos estar diante exatamente de um uso do termo contradição conforme definido por Popper: a origem do capital deve ser "p" e "não-p". Obviamente, de acordo com a lógica formal (aceita por Elster) a afirmação parece absurda. Na realidade, no entanto, não há nada de errado ou mesmo contraditório em se supor que dois duas dimensões diferentes de uma economia de mercado (a circulação e a produção) concorrem na formação da mais valia.

Embora fuja ao escopo do trabalho a busca "da interpretação correta de Marx" aparentemente negligenciada por Elster, devemos lembrar que na formação da mais-valia confrontam-se duas "legalidades" diferentes e opostas. De um lado, ao nível da circulação o que impera no capitalismo é a troca de equivalentes por equivalentes. E nesse sentido, a força de trabalho vendida voluntariamente pelo trabalhador é sempre adquirida pelo seu "valor" da mesma forma que todas as demais mercadorias postas à venda pelos capitalistas. Num sistema social onde predominam valores como o da igualdade de direitos (formais) entre os indivíduos a compra da força de trabalho pelo capital aparece como "justa" sob um ponto de vista ético. Ao nível do processo produtivo, no entanto, ou mais especificamente no processo de "valorização do valor", a força de trabalho cria mais valor do que o que a ela foi pago. A contradição portanto se encontraria precisamente no contraste entre a "igualdade" garantida a todos na circulação e a "desigualdade" entre o valor pago e o criado pela força de trabalho no processo de valorização. É precisamente aí que se encontra uma contradição entre os valores de igualdade na circulação e de desigualdade.

Quanto à questão da queda na taxa de lucro, Elster, ainda que não concorde com a validade da formulação de Marx, afirma estar esta baseada numa falácia da composição.

De fato segundo Marx, cada capitalista procura diminuir seu custo com mão-de-obra substituindo trabalhadores por máquinas e obtendo assim uma maior taxa de lucro. Quando todos os capitalistas o fazem, porém, a taxa de lucro global cai pois diminui a base de trabalhadores de onde se extrai a mais valia. É evidente aqui a presença de uma falácia da composição e, neste caso, pode-se concordar que Elster esteja próximo a uma utilização por Marx do termo contradição tal como por ele definido. Porém como este seria apenas um passo na formulação da lei da tendência à queda na taxa de lucro não parece totalmente certo que o uso do termo contradição refira-se precisamente as este passo.

Finalmente na contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, por exemplo, Elster admite que não podemos encontrar qualquer falácia da composição, sendo neste caso, totalmente impropriedade a interpretação do significado do termo contradição à la Elster.

Ressaltemos que, na verdade, o objetivo de Elster é menos caracterizar as "consequências não pretendidas" ou "falácias da agregação" como instâncias de aplicação da dialética, e mais ressaltar o valor destes conceitos por si só.

O autor nos dá ainda uma série de exemplos de contrafinalidade (idem, pp110-113), retiradas principalmente, mas não somente, de autores de filiação marxista.

a) Numa sala de conferências onde todos ficam na ponta dos pés para enxergar melhor, ninguém o consegue. Elster nota que Paul Sweezy (Sweezy, 1962) usa este exemplo como um paradigma da lógica do capitalismo, no entanto a contrafinalidade seria um problema mais geral.

b) Quando todos simultaneamente querem depositar ou sacar seu dinheiro, ninguém consegue o que pretendia (juros ou dinheiro).

c) Sartre cita a erosão como um caso paradigmático de contrafinalidade (Sartre, 1960, pp81 ff). Cada camponês procura obter maior produção cortando árvores, mas o desmatamento generalizado provoca a erosão e a queda na produção.

d) Enquanto para uma família um grande número de filhos pode ser um meio de obter maior produção ou garantir uma velhice tranqüila, a generalização disto produz uma queda na renda per-capta.

e) Exportação (de mercadorias, capital ou força de trabalho) também não pode se generalizar. Ou seja, não é possível que todos os países tornem-se simultaneamente dependentes de superávits nas exportações.

f) Em sistemas políticos é possível que diante da vitória iminente de seu partido, um indivíduo vote em outro, não porque deseje a vitória deste último, mas para influenciar seu próprio partido. Se muitos fizerem isto porém é possível que surja a contrafinalidade.

Outra idéia fundamental para o autor é a da existência de uma ligação entre contradição e mudança. A ligação, como já vimos, não é exatamente igual àquela imaginada por Hegel. Este último acreditava que os processos de mudança eram inerentemente contraditórios, Elster, por outro lado, acredita que as contradições geram mudanças que buscam corrigi-las.

Quando falamos sobre a dialética do "senhor-escravo" já apontamos para a existência de um mecanismo de correção das contradições: a fuga ao desconforto associado à contradição existente na auto-imagem associada à condição de senhor. De fato, parece difícil é imaginar que alguém pretenda manter dois desejos depois de descobrir serem eles mutuamente inconsistentes, o problema está em que o processo de mudança, mesmo quando desejado, pode esbarrar em grandes dificuldades. Soluções para as contradições apontadas na parte V são de fato difíceis de serem alcançadas. Os temas sartreanos do amor e do desejo de ser um "en soi" e "pour soi", por exemplo, não tem solução aparente. Em contraste, temos que na dialética do senhor-escravo, a contradição seria facilmente superada com o fim da escravidão. No entanto seria difícil acreditar que a classe dos proprietários de escravos cometa tal "suicídio coletivo" apenas para evitar o desconforto associado à sua condição.

No que diz respeito à relação entre mudança e contradição social, Elster é mais completo, embora sua análise contenha alguns problemas.

Primeiramente deve-se observar que o autor acredita serem os casos de contrafinalidade (nos exemplos dados acima) já diretamente "mudanças sociais", pois representariam alterações (negativas) do "status-quo". "If erosion, a falling rate of profit or a self-reinforcing demand crisis are not examples

of social change, than nothing is." (idem, p.135). Assim mudanças no sentido de corrigir as contradições associadas à contrafinalidade seriam na verdade obstáculos à mudanças sociais (não desejadas). Daí o porquê se Elster afirmar se a sua teoria "a dual theory of social change" (idem, ibidem). A superação das contradições pode levar tanto a mudanças quanto a criação de freios que impeçam a ocorrência destas (no caso da contrafinalidade).

APORTES E LIMITAÇÕES

O objetivo da presente seção é duplo: em primeiro lugar procuraremos listar algumas limitações na análise empreendida por Elster da dialética. Além disso buscaremos avaliar o papel da dialética no conjunto da obra do autor e repensar as influências de Hegel e Marx sobre este. Enfim, trata-se de fazer um balanço bem abrangente das idéias de Elster sobre a dialética e temas correlatos.

V.1) Insuficiências da dialética de Elster

Ao leitor mais simpático às análises de Marx ou às inúmeras formulações da noção de dialética não será difícil enumerar uma lista respeitável de críticas a Elster. Em nosso caso, nos concentraremos no exame dos pontos que, acreditamos, tendem a ser mais polêmicos ou menos aceitos por uma platéia marxista mais ampla.

1) Nem sempre as interpretações de Elster da dialética em Marx e Hegel parecem fiéis aos autores.

Esta é na verdade a principal crítica possível, sendo particularmente verdadeira com relação ao estudo das contradições em Marx. Sobre este assunto já fizemos diversos comentários em IV. Em particular, deixamos claro que é uma opção do autor dedicar mais esforços à definição clara das noções apresentadas do que à exegese dos textos originais de Marx ou Hegel. Em todo o capítulo sobre as contradições mente, por exemplo, (idem, cap 4) Elster só uma vez utiliza-se de uma citação de Hegel, e ainda assim numa nota de rodapé relativamente desimportante. No capítulo seguinte as citações de Marx também são exíguas. Tudo nos leva a crer que Elster pretendia que suas formulações devessem ter interesse por si só e não por representarem interpretações (válidas ou não) do pensamento dos autores supracitados.

Deve-se notar ainda que a relativa superficialidade com que Elster faz seu exame de ambos

os autores talvez tenha sido responsável pela perda de muitos pontos interessantes sobre levantados por estes sobre a noção de contradição ou sobre a dialética em geral. Há de fato muito mais em Hegel do que o que Popper percebera, mas possivelmente também haja em Hegel e Marx mais do que Elster procurou descobrir.

2) Elster se recusa tratar a dialética como um método cujos preceitos se articulam de forma sistemática.

De fato, o autor parece ter desfeito qualquer possibilidade de um tratamento unificado do método dialético na medida em que apenas busca possíveis significados para o termo sem articulá-los. Isto é, até certo ponto, verdade mesmo para seu estudo acerca das contradições sociais e da mente.

Lembremo-nos que Elster desenvolve sua noção de contradição em etapas (passando dos desejos contraditórios para as contradições sociais) da mesma forma que Hegel. No entanto, ao contrário deste último, não interliga as diversas etapas num "sistema". Esta crítica, apesar de válida, deve ser relativizada pelo fato de Elster ter aberto duas possíveis vias de interligação entre as diversas formas de contradição, a saber:

a) todas as contradições impulsionam mudanças. Esta parece ser a principal via de interligação entre os tipos de contradição apontadas por Elster. Deve-se notar, no entanto, que nem tudo o que para Elster se caracteriza como mudança tem ligação alguma com o conceito de contradição. Mais importante, temos que as "contrafinalidades" são contradições que não impulsionam, mas freiam mudanças (como vimos em V). A questão no entanto é perturbada pelo fato de Elster entender por mudança, ora uma alteração no sentido de superação da contradição, ora uma "mudança social" (conceito não definido pelo autor). Se compreendida na primeira acepção a mudança será de fato induzida por qualquer dos tipos de contradição formulados por Elster.

b) As contradições sociais, baseadas que são em expectativas mutuamente incompatíveis, podem ser compreendidas através do mesmo aparato utilizado no estudo das crenças contraditórias. A ligação é sugerida por Elster na seguinte passagem: "the collective irrationality arises only from the incompatibility of the belief systems (Presumably the study of incompatible belief systems might use the same machinery of epistemic logic as was applied

in the preceding chapter to the analysis of a single contradictory belief system, but I shall not attempt this here)" (idem, p.106). O autor porém não desenvolve sua idéia, deixando-a de modo muito rudimentar para que possamos analisá-la mais profundamente.

3) As insuficiências apontadas acima são mais flagrantes no que tange ao estudo das contradições sociais.

Neste ponto devemos ressaltar que há um forte contraste entre a abrangência da noção de desejos contraditórios e a de contradição social. De fato, a primeira parece se adaptar de forma convincente tanto ao exemplo da dialética do senhor-escravo, quanto a diversas outras elaborações de corte marxista ou hegeliano.

Por outro lado, os exemplos extraídos de Marx por Elster como representativos da sua noção de contradição social são bem pouco convincentes. Não parece claro que esta esteja no cerne das elaborações acerca da "fórmula geral do capital" ou da "lei da queda na taxa de lucro" e muito menos na teoria das "forças produtivas e relações de produção".

Acreditamos que examinando a passagem das contradições da mente para as sociais podemos ter uma indicação dos motivos dessa redução de abrangência. De fato, como contradições da mente Elster entende quaisquer desejos ou crenças que por motivos lógicos sejam incompatíveis. Já as contradições sociais se resumem a instâncias da falácia da composição.

É provável que a proposta de Hegel compreendesse a existência de uma ponte direta entre as duas formas de contradição, de tal forma que ambas as noções fossem contruídas de maneira análoga. Esta ponte seria possível na medida em que aceitássemos os preceitos do "holismo metodológico", ou seja da idéia de que podemos nos referir à sociedade, assim como ao indivíduo, como um mesmo "corpo" no qual a busca de uma coerência ou organicidade seria pressuposta.

Neste caso quaisquer antagonismos, ou oposição de interesses dentro desse corpo social, poderia ser caracterizado como uma contradição. Pois seria tão inaceitável para uma sociedade desejar, digamos, "p e não-p" (a paz e a guerra, a exploração e o fim desta, etc) quanto o é para o

indivíduo. Acreditamos que não apenas Hegel concordaria com esta formulação da noção de contradição social. Ela está, de alguma forma, implícita na análise de Marx, tendo sido a base das contribuições de Lukács:

Somente neste contexto que integra os diferentes factos da vida social numa totalidade se torna possível o conhecimento dos factos como conhecimento da realidade. (...) O materialismo vulgar (...) contenta-se em reproduzir as determinações imediatas e simples da vida social, julga ser particularmente "exacto" ao aceitar estas determinações sem qualquer análise desenvolvida, abandonando-as ao seu isolamento abstracto (...). "A grosseria e o vazio conceptual residem precidamente, diz Marx, em ligar de modo puramente contingente o que está ligado organicamente, e fazer desta relação uma relação puramente reflexiva" (História e Consciência de Classe, p. 24) (a citação de Marx provém de suas observações metodológicas na "Contribuição à Crítica da Economia Política")

Ou ainda na página 97:

Não é o predomínio de temas econômicos na explanação da história que separa decisivamente o marxismo da ciência burguesa. É o ponto de vista da totalidade. A categoria da totalidade, a dominação universal e determinante do todo sobre as partes constitui a essência do método que Marx tomou emprestado de Hegel (...) Para o marxismo (...) so há uma ciência histórica e dialética, peculiar e unitária, do desenvolvimento da sociedade como um todo.

Elster porém não se proporia a adotar estes caminhos. A idéia de que se deve adotar o "ponto de vista da totalidade", ou seja a suposição de que existe concretamente um corpo social cuja coerência deve ser pressuposta pareceria ao autor injustificável. Para Elster a existência de tal organicidade deveria ser um resultado e não um ponto de partida da análise. O autor critica o que acredita ser o cerne da filosofia da história de Marx onde "humanity appears as a collective subject whose inherent striving towards full realization shapes the course of history" (Making Sense of Marx, p. 7). Da mesma forma, não aceita que a noção de "capital em geral" desempenhe um papel explanatório tal como foi muitas vezes ressaltado por Marx especialmente nos "Grundrisse". Em

contraste, cita com aprovação os trabalhos de Roemer, cuja obra estuda as relações de classe num contexto de equilíbrio competitivo de corte neoclássico: "The overwhelmingly strong argument for this procedure is that it allows one to demonstrate the theorems what would otherwise be unsubstantiated postulates"(idem, ibidem)

No entanto, ainda que nos recusemos a supor que a sociedade forma um todo orgânico, permanece verdade que os indivíduos que nela vivem são interdependentes e que o estudo desta interdependência (das relações entre indivíduos na sociedade) é a base de qualquer ciência social. Daí deriva a estratégia mais sutil e restrita de Elster em sua definição de contradição social. O que o autor faz não é ter como dada a existência de uma totalidade com desejos ou crenças opostas e portanto contraditórias, mas sim mostrar que a interdependência entre as ações individuais pode levar a que as expectativas dos indivíduos se mostrem falaciosas.

Até certo ponto a discussão acima nos remete a uma diferença fundamental entre a dialética de Elster e a compreensão que temos das dialéticas de Marx e Hegel. Acreditamos que as últimas não podem ser compreendidas ou desenvolvidas adequadamente se tomamos como ponto de partida - como o faz Elster - os preceitos do individualismo metodológico. Entretanto não pretendemos nos alongar aqui na disputa entre individualismo e holismo enquanto métodos de construção teórica. Trata-se apenas de chamar a atenção para a importância de uma discussão sobre tal tema, no momento em que se define o que se entende por dialética (ponto que aparentemente não foi percebido por Elster).

4) As "leis da dialética" formuladas por Engels e interpretadas por Elster soam apenas como uma reformulação de antigas questões que nada de novo acrescentam.

Isto é bastante verdade para a "lei da transformação de quantidade em qualidade" que, segundo Elster, não faz nada além de descrever processos contínuos ou não-lineares. Não é válido porém para a "lei" da negação da negação que permanece como uma heurística válida e de algum interesse. Além disso, deve-se ressaltar, que não necessariamente o pouco interesse auferido por estas leis deve-se à interpretação que delas Elster

faz. Ao contrário, mesmo no marxismo mais ortodoxo, o Engels de "O Anti-Düring" tem vivido anos de ostracismo por seu aspecto de "filosofia barata", e Elster tem até um mérito ao ter trazido novamente ao palco da discussão teórica algumas idéias deste autor.

V.2) Três imagens do homem

O leitor que se ateu à última seção talvez tenha tido a sensação de que o que há de rico na análise de Elster sobre a dialética, dilui-se nas deficiências por esta apresentada. Além disto aqueles ávidos por uma reformulação atual da dialética "efetivamente" defendida por Hegel e Marx se frustraram com a opção de Elster de utilizar tais autores de forma tão pouco aprofundada. Na verdade, em vários momentos ressaltamos que o autor não pretende que sua análise tenha grandes qualidades exegéticas.

Neste ítem ressaltaremos que num ponto o estudo de Elster sobre a dialética é importante: ele nos permite a compreensão de algumas questões-chave para o conjunto da sua obra e mesmo para a relação desta com o marxismo.

Este ponto torna-se particularmente claro num pequeno apêndice ao livro "Logic and Society" (apêndice 2 ao capítulo 5). Em primeiro lugar, aí Elster enuncia a motivação mais propriamente normativa de sua obra: "the goal of social sciences is the liberation of man" (idem, p156). Em segundo lugar, Elster define uma série de obstáculos à esta libertação, estando a idéia de contradição social contida nestes.

Resumidamente, os obstáculos seriam o conjunto de fatores causais que impedem que o homem realize seus fins. Em outras palavras, são os impedimentos à ação racional, assim definidos por Elster:

1) Os desejos (ou preferências) dos indivíduos podem ser inconsistentes ou contraditórios, como já vimos em III

2) Além disto o indivíduo pode ser atravessado por processos causais que escapam ao seu controle. Este seria o caso das mudanças endógenas das preferências que se dão sem que o sujeito as deseje.

3) Em terceiro lugar, mesmo um grupo de pessoas com preferências consistentes e objetivos escolhidos livremente, podem se ver vítimas de uma contrafinalidade (contradição social) que impeça a realização de seus desejos.

4) Ainda que os agentes procurem se desvencilhar da contrafinalidade haverá casos em que

isto se mostrará impossível (assunto a que voltaremos mais tarde).

Elster observa ainda que os quatro tipos de obstáculos podem ser reduzidos a dois: (A) Causalidade subintencional, que congrega tanto 1 quanto 2 acima, por serem ambos processos causais que operam dentro da mente do indivíduo e que fogem ao controle deste. (B) Causalidade suprintencional, que congrega 3 e 4 e que diz respeito aos processos que operam na interação das decisões individuais dos agentes.

Não seria exagero se afirmássemos que a maior parte da obra de Elster gira em torno da ação intencional e dos obstáculos a esta enunciados em (A) e (B). Implícitas a estas três definições estão as "três imagens do homem" enunciadas por Elster: (i) a imagem causal do homem, (ii) a imagem intencional-paramétrica e (iii) a imagem intencional-estratégica. Na imagem causal o homem é incapaz mesmo de agir intencionalmente, submetido que é pela forças causais que atuam dentro de sua mente. Já na imagem intencional-paramétrica, o homem é capaz de agir na busca de seus objetivos, no entanto fatores supra-intencionais, como a contrafinalidade, podem subverter as suas decisões. Finalmente na imagem intencional-estratégica, o homem livrou-se não só de todos os obstáculos sub-intencionais, como também tem pleno conhecimento dos resultados advindos da agregação das decisões individuais (i.e. da causalidade social).

Strategic action is the incarnation of collective freedom, the fully transparent rationality that incorporates into itself the expectations of other rational actors in order to converge upon some predictable course of action. (idem, p.158)

A discussão acima talvez possa esclarecer algo acerca dos pontos de contato entre as obras de Elster, Hegel e Marx, questão que trataremos brevemente. Tais contatos estão no fato de que para os três autores a relação entre razão e liberdade é privilegiada, de forma que o exercício da primeira se confunde com o da última.

De fato em Elster liberdade é definida basicamente como ausência de obstáculos ao exercício da capacidade de agir racionalmente. Assim o mundo "livre" é o mundo do império da "decisão racional", ainda que nesta decisão esteja incluída a possibilidade de "suicídio coletivo" discutida acima (p. 24). Neste mundo o homem teria total conhecimento da cau-

salidade social e mesmo individual e buscaria controlá-la de acordo com sua vontade.

Em Hegel, a relação entre ambos os conceitos é mais complexa. Não procuraremos desvendar aqui o significado dos textos do quase sempre obscuros deste autor sobre o assunto. De acordo com Cohen (1978, cap 1), para Hegel "freedom is the self-consciousness of reason" (idem, p.17). Razão aqui é identificada com "consistência", "ordem". Assim a natureza seria (ao menos para Hegel) racional, justamente por ser consistente, seguir uma ordem imutável, regida por leis. Agora, é evidente que a natureza, mesmo sendo racional, não tem consciência deste fato. Diferentemente, o homem tem condições possuir a razão e a consciência desta, daí ter estas condições de tornar-se livre. Liberdade é ter a consciência, e daí o controle, sobre a própria razão (ou seja sobre a própria ordem).

Finalmente, em Marx temos o capitalismo como fundamentalmente irracional, como um sistema onde o homem é controlado por forças que atuam "por detrás de suas costas". A longa citação com a qual Elster abre seu *Making Sense of Marx* é talvez o maior exemplo da sua concordância com Marx no repúdio à este sentimento de perda de controle racional do homem sobre o seu destino e da que caracterizaria o capitalismo.

In our day, everything seems pregnant with its contrary. Machinery gifted with the wonderful power of shortening and fructifying human labour, we behold starving and overworking it. The new-fangled sources of wealth, by some weird spell, are turned into sources of want. The victories of art seem bought by the loss of character. At the same pace that mankind masters nature, man seems to become enslaved to other men or to his own infamy. Even the pure light of science seems unable to shine but on the dark background of ignorance. All our invention and progress seem to result in endowing material forces with intellectual life, and in stultifying human life into material force. This antagonism between modern industry and science on the one hand, modern misery and dissolution on the other hand; this antagonism between the productive powers and the social relations of our epoch is a fact, palpable, overwhelming, and not to be controverted. (Marx, Speech at the anniversary of the People's Paper, 1856)

É verdade que o instrumental utilizado por Elster em suas discussões, baseado na importação do

princípio neoclássico da "decisão racional" para a discussão de temas filosóficos, diferem fundamentalmente daquele utilizado por Hegel ou Marx. Além disso, pode-se argumentar que esta importância na discussão dos temas ligados à noção de liberdade e razão é encontrada em muitos outros autores, sem que por isto se afirme terem eles qualquer afinidade com Marx ou Hegel. Aqui no entanto não se afirma a existência de uma identidade nos pensamentos de Hegel, Marx e Elster. Acreditamos existirem apenas pontos de contato responsáveis, em grande parte, pelo interesse de Elster por aqueles autores.

Acreditamos, ademais, que no que Elster se diferencia de Marx e Hegel é em seu maior ceticismo quanto à superação dos obstáculos à liberdade. De fato, para ambos os autores, existiria um processo histórico mediante o qual razão e liberdade se realizariam. Existem muitas versões deste processo, desde a "ontologia historicizada" de Hegel até o materialismo histórico de Marx, não cabendo aqui detalhá-los. Já para Elster, a liberdade não surge como um fruto de um processo histórico, mas como uma "idéia regulativa" (1978, p.158) para a construção de ciências sociais.

Apesar disso, pode-se imaginar que a superação dos obstáculos à liberdade de que fala Elster possa ser compreendida como um processo em que primeiramente o homem constitua-se como um ator racional (livrando-se da "causalidade subintencional") e depois atinja um estágio de racionalidade coletiva. É claro que o primeiro passo tem precedência lógica sobre o segundo, mas isto não significa que se possa acreditar que o desenvolvimento histórico real de alguma forma reproduza este processo.

Bibliografia

- COHEN, G.A. (1978); *Marx's Theory of History*, Oxford University Press, Oxford
- ELSTER, J (1978); *Logic and Society, Contradictions and Possible Worlds*. John Wiley & Sons, New York.
- ELSTER, J (1985); *Making Sense of Marx*. The Cambridge University Press, Cambridge, UK.
- GENOVESE, E (1974); *Roll, Jordan, Roll*. Pantheon Books, New York.
- POPPER, K (1940); *What is Dialectic*, *Mind*, 49, 403-426
- ROBINSON, J. (1956); *The Accumulation of Capital*, Macmillan, London.
- SARTRE, J.P. (1943); *L'Être et le Néant*, Gallimard, Paris.
- SARTRE, J.P. (1960); *Critique de la Raison Dialectique*, Gallimard, Paris.